



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE INDAIATUBA - 0077

[A partir de 3001 processos]

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho, **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 01/2017, divulgado em 12/01/2017 no DEJT (Edição 2146/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 03 e 04). Presentes a Juíza do Trabalho Substituta Auxiliar Fixa SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA e a Juíza Substituta PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, purou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva e Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	INDAIATUBA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	24/11/1992
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	17/02/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	21 %
Acervo PJe/Acervo Total:	79 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
07/01/2016 a 05/02/2016	SUBSTITUICAO NA	SEM SUBSTITUTO
13/04/2016 a 12/05/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/02/2016 a 17/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	07/01/2016 a 17/07/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
15/06/2016 a 14/07/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
MICHELE DO AMARAL	18/07/2016 a 16/08/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	07/01/2017 a 07/02/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA	17/08/2016 a 18/09/2016
SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA	19/09/2016 a 19/12/2016
SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA	07/01/2017 a 16/02/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/02/2016 a 17/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA	06/02/2016 a 09/02/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VILSON ANTONIO PREVIDE	22/08/2016 a 23/08/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA LUCIA DE OLIVEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	23/06/1997
ANDRE LUIZ DE MOURA	TJA	-	15/03/2012
ANDREZA MARA CITTI DE CASTRO ESPOZ	TJA	-	16/07/2015
ARTUR BENEDITO DE VASCONCELOS	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/01/2003
CARLOS HENRIQUE GARCIA ANDOLFATTO	AJJ	-	01/02/2013
ELIZABETH DE MORAES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	15/02/1993
FERNANDA MACIEL MENDONCA MENDES	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	15/08/2005
GUSTAVO SERGIO DO AMARAL	AJ-OJA	-	25/10/2002
HARUBAL TEZUKA	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	27/10/1993
JAQUELINE CORREA DE OLIVEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	03/12/2013
JOAO WALTER RIBEIRO CORREA JUNIOR	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	21/11/2016
JULIANA CORREA	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	19/09/2016
JULIANA FERRINI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	01/06/2015
LILIAN DIAS SOARES	AJ-OJA	-	24/02/1993
SANDRA REGINA TREVIZAN FORTI	TJA	-	19/03/2015
SELMA BERALDO ARMIJO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	16/10/2013
SILVANA BOMFILIO VEDRONI	TJA	FC-04 CALCULISTA	21/07/2003
SILVANA IRMA DE SOUZA	TJASD	-	14/06/1993
VANIA DE CASSIA PEDROSO BRUNETTI	TJA	-	03/08/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			16
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			19-20 + 3 OJ



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM CONCURSO	3
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	6
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA CASAMENTO	8
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	331
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE APÓS 720 DIAS	3
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	16
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
VIAGEM A SERVIÇO	1
TOTAL	379



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GIOVANNA DIAS VERISSIMO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2015
LEONARDO MIGUEL DA SILVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2015



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN	81
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	48

SERVIDORES	HORAS
ANDREZA MARA CITTI DE CASTRO ESPOZ	50
ARTUR BENEDITO DE VASCONCELOS	7
GUSTAVO SERGIO DO AMARAL	1
JAQUELINE CORREA DE OLIVEIRA	40
JOAO WALTER RIBEIRO CORREA JUNIOR	15
JULIANA FERRINI	88
SILVANA IRMA DE SOUZA	8
VANIA DE CASSIA PEDROSO BRUNETTI	120



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.470	2.387	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.419	1.206	---
	Aguardando prolação de sentença	221	182	---
	Aguardando cumprimento de acordo	544	402	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.893	5.825	---
	Subtotal		6.547	6.041
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	770	660	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	685	761	---
	Subtotal	1.110	1.128	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.290	1.435	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	789	781	---
	Subtotal	1.410	1.631	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	27	118	---
TOTAL		9.067	8.800	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	458	373	196
Exceções de Incompetência	14	39	3
Antecipações de Tutela	725	799	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	49	4	62
Embargos à Execução	106	46	127
Embargos à Arrematação	0	0	2
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	20	14	15
TOTAIS	1.373	1.276	411



6 - RECURSOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.012	1.054	149
Recurso Adesivo	60	50	13
Agravo de petição	30	22	10
Agravo de Instrumento	12	8	4
TOTAIS	1.114	1.134	176



7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	1.201	286	253	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.211	486	385	---
Total / Média	3.412	415	351	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	1.120	300	258	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.075	514	384	---
Total / Média	3.195	439	350	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	587	48	30	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.416	67	40	---
Total / Média	2.003	62	38	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	402	287	263	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	637	337	293	---
Total / Média	1.039	318	286	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	695	1.383	2.158	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	3	2.633	1.375	---
Total / Média	698	1.389	2.107	---

*Do início até a extinção da execução

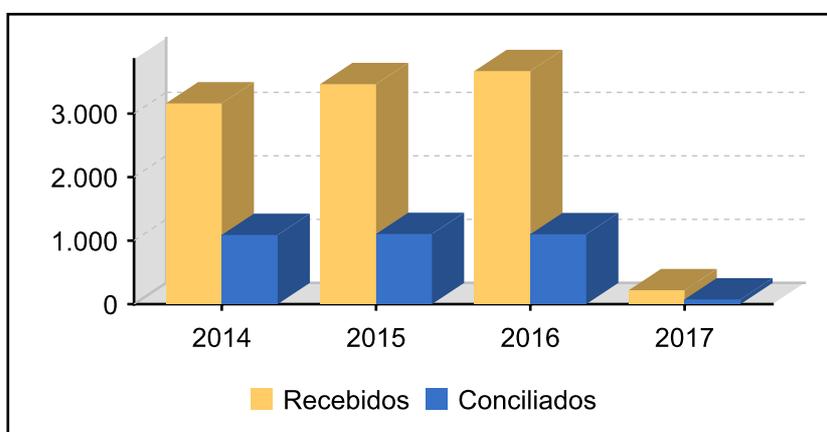


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

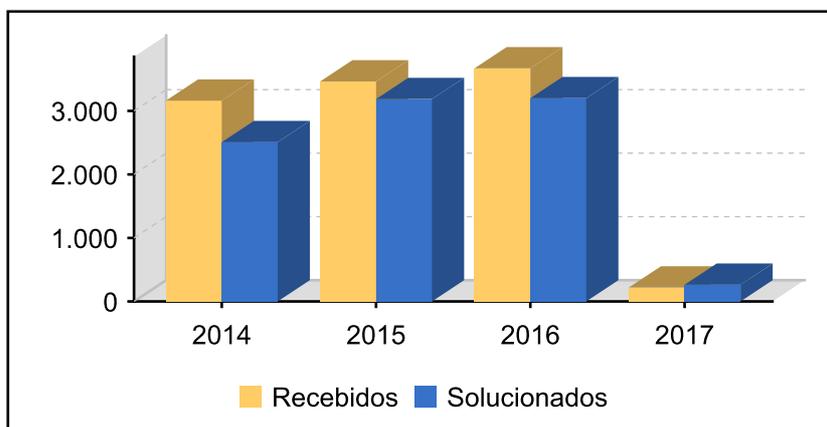
8.1 - Índice de conciliações [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	3.161	1.090	34,48
2015	3.464	1.105	31,90
2016	3.670	1.101	30,00
2017	219	75	34,25



8.2 - Índice de soluções [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	3.161	2.508	79,34
2015	3.464	3.186	91,97
2016	3.670	3.200	87,19
2017	219	263	120,09



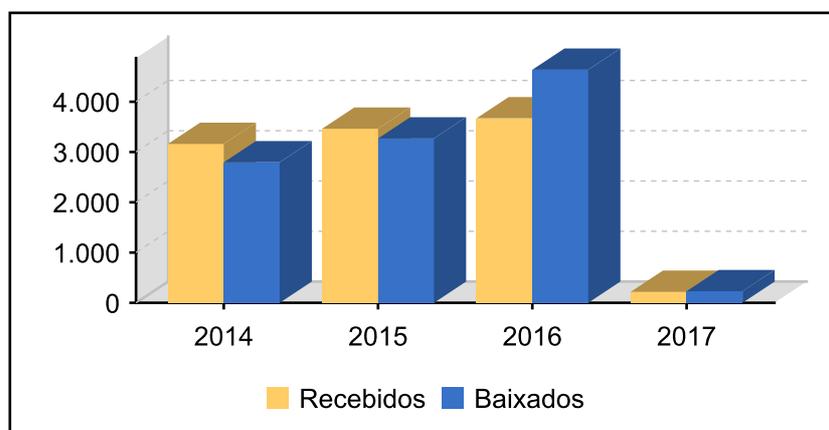


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

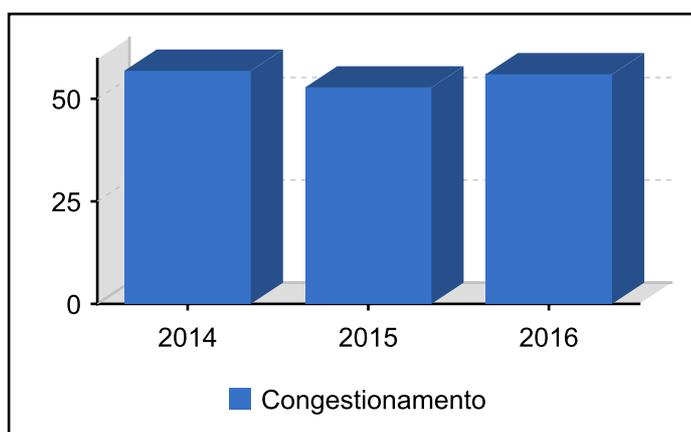
8.3 - Índice de baixas [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	3.161	2.795	88,42
2015	3.464	3.269	94,37
2016	3.670	4.637	126,35
2017	219	231	105,48



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.649	3.161	2.508	56,83
2015	3.279	3.464	3.186	52,75
2016	3.599	3.670	3.200	55,98

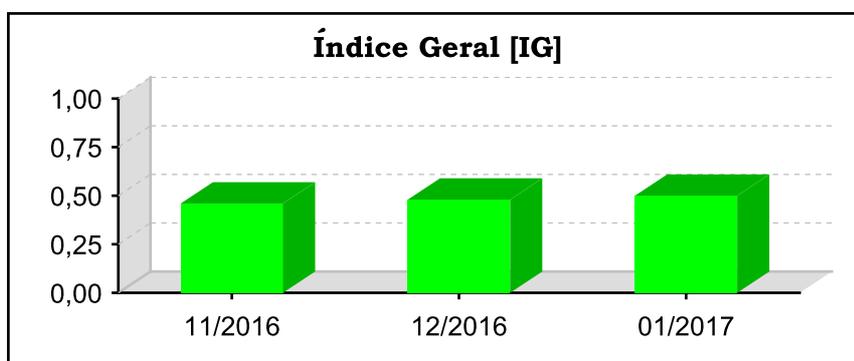
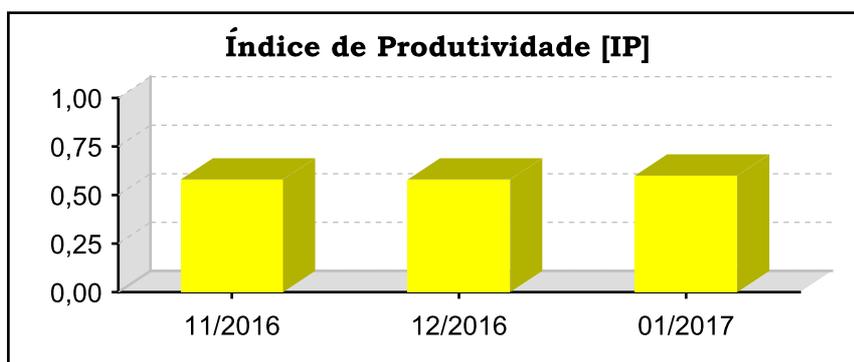
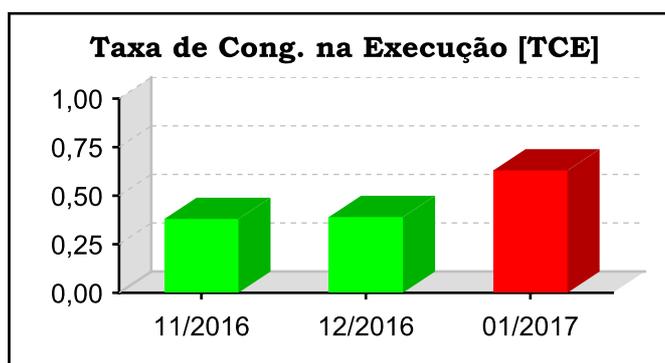
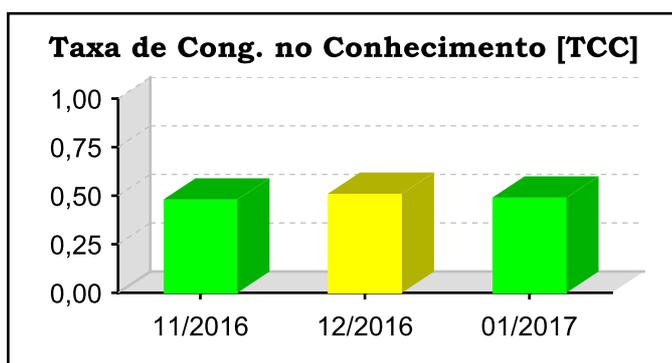




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
11/2016	0,48	0,38	0,58	0,46
12/2016	0,51	0,39	0,58	0,48
01/2017	0,49	0,63	0,60	0,50





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.138	94,8	54,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.679	139,9	79,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.817	234,8	133,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	453	37,8	21,5
Incidentes Processuais Resolvidos	1.276	106,3	60,6
Dias-Juiz	632	52,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	14.711	94,3	52,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	17.555	112,5	62,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	32.266	206,8	114,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.809	43,6	24,1
Incidentes Processuais Resolvidos	11.498	73,7	40,7
Dias-Juiz	8.467	54,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.891	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.907	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.798	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.540	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.892	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

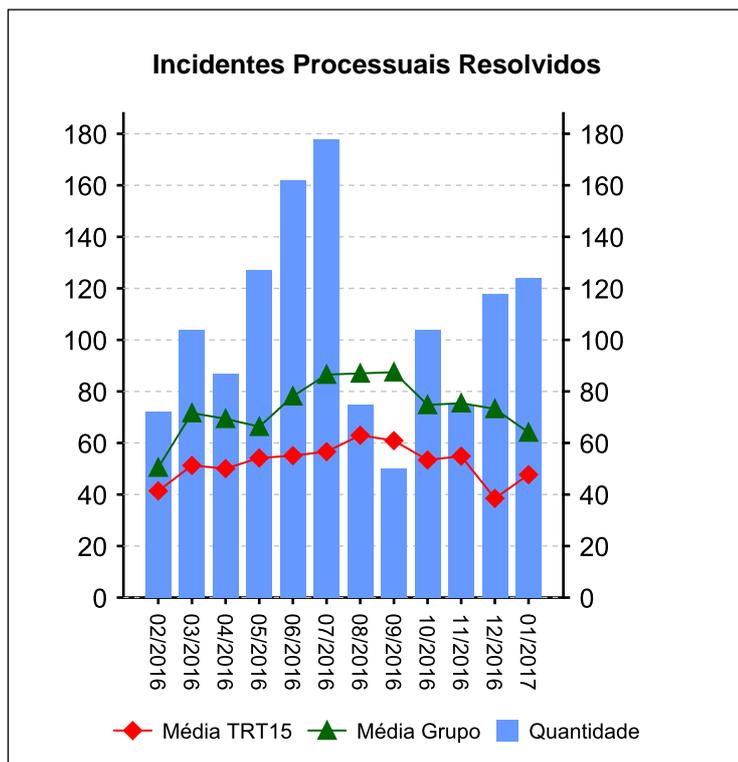
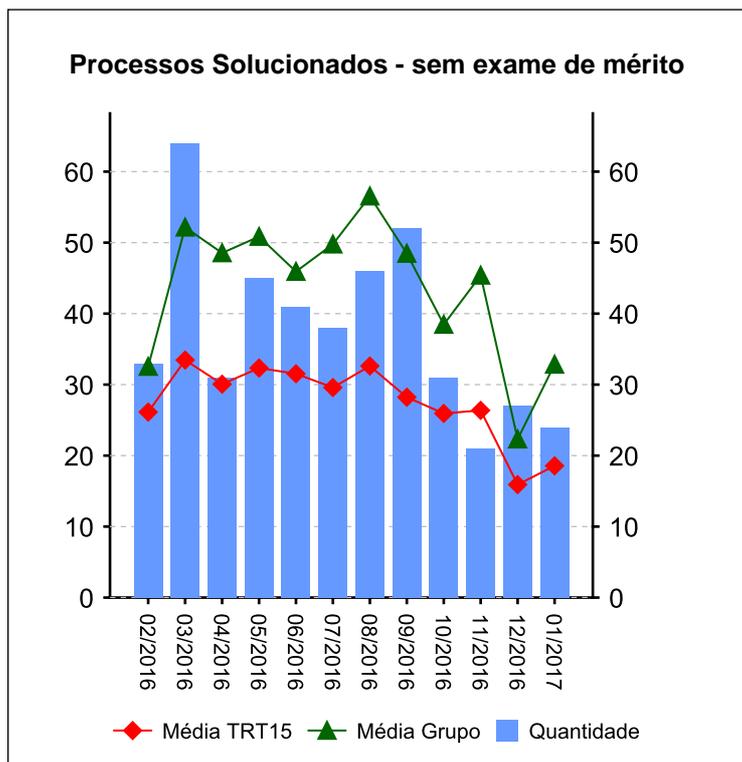
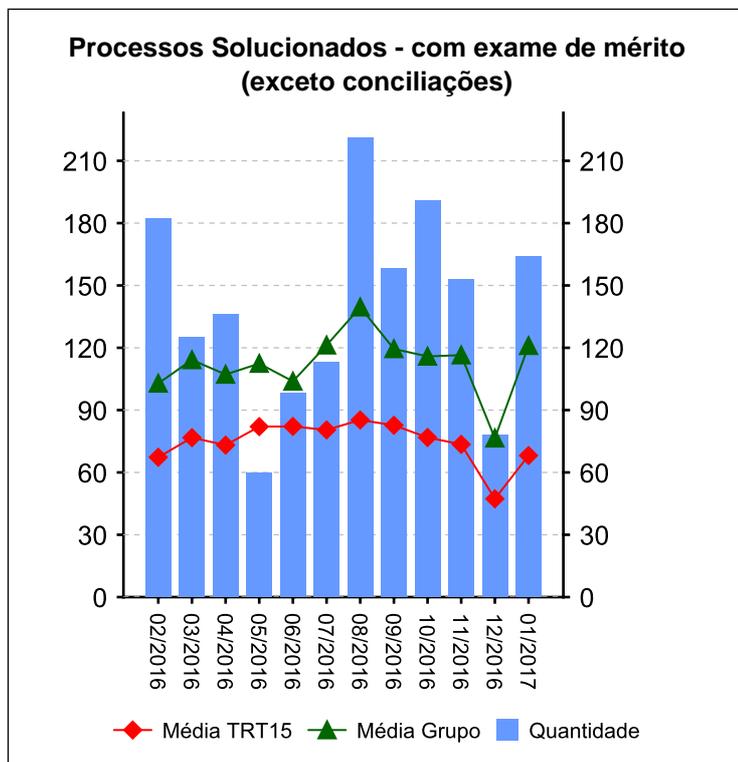
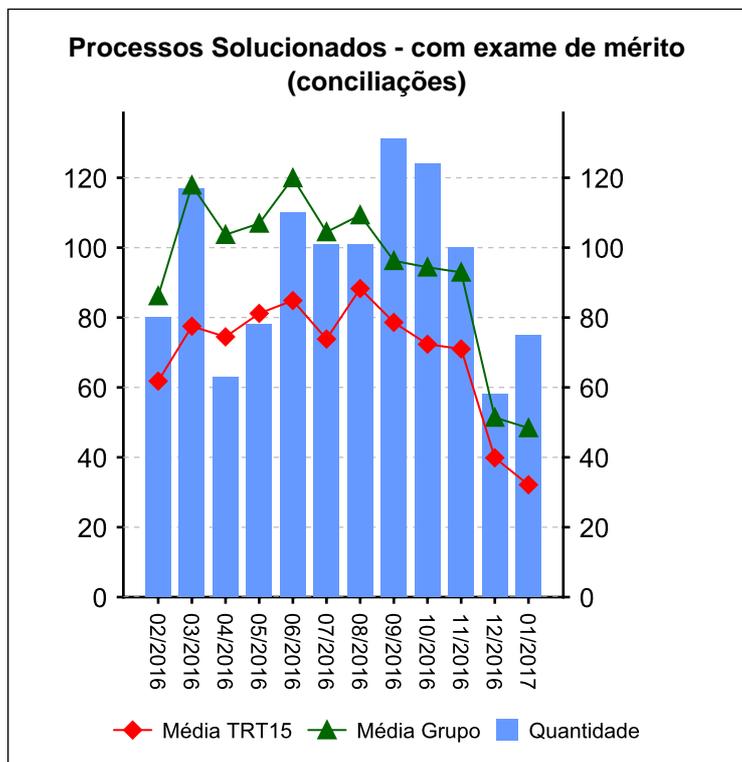
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	993	82,8	47,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	903	75,3	42,9
Sessões de audiência realizadas - una	2.265	188,8	107,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	194	16,2	9,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	179	14,9	8,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	3.168	264,0	150,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	373	31,1	17,7
Dias-Juiz	632	52,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	11.667	88,4	41,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	9.914	63,6	35,1
Sessões de audiência realizadas - una	22.393	143,5	79,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	2.985	19,1	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	2.156	13,8	7,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	32.307	207,1	114,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	5.141	33,0	18,2
Dias-Juiz	8.467	54,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.374	73,5	44,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	89.507	48,8	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	154.037	84,5	55,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.569	16,1	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.829	16,8	11,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	243.544	132,6	86,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	60.398	32,9	21,6
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

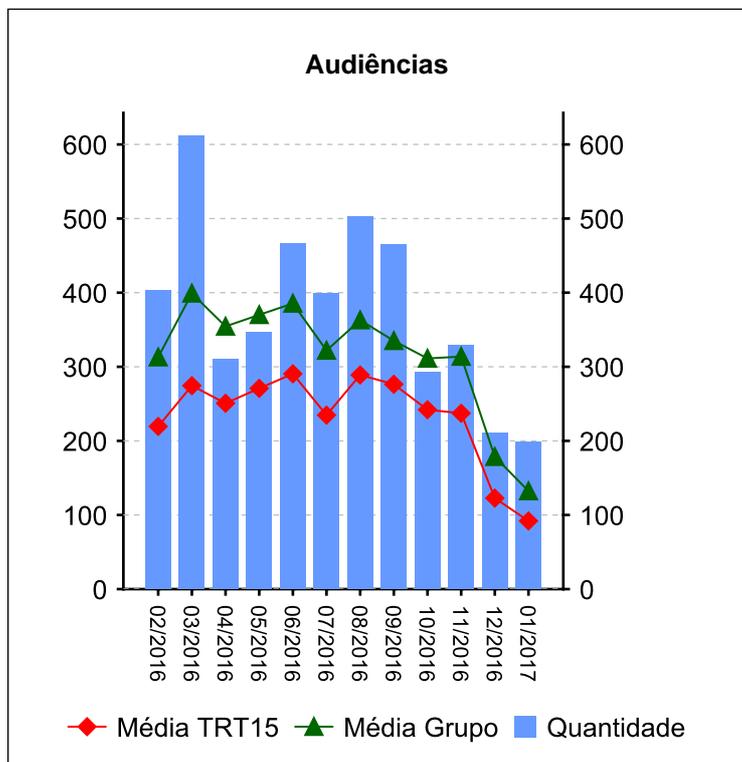


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

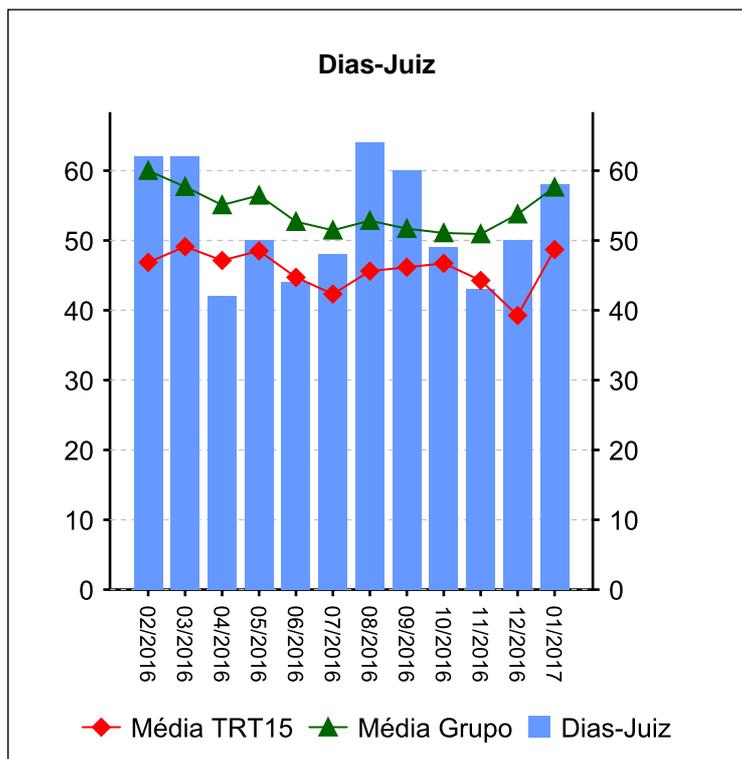
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	5	15	67	90	226	403
03/2016	30	29	148	144	260	611
04/2016	17	19	46	52	176	310
05/2016	17	21	59	83	167	347
06/2016	43	36	93	82	212	466
07/2016	22	4	116	154	103	399
08/2016	22	2	144	108	226	502
09/2016	5	15	77	46	322	465
10/2016	7	4	45	36	201	293
11/2016	11	29	74	74	141	329
12/2016	14	5	73	24	95	211
01/2017	1	0	51	10	136	198
Total	194	179	993	903	2265	4534



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	62
03/2016	62
04/2016	42
05/2016	50
06/2016	44
07/2016	48
08/2016	64
09/2016	60
10/2016	49
11/2016	43
12/2016	50
01/2017	58
Média Mensal	52,7



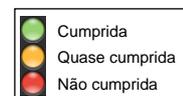
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

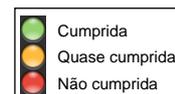
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
3670	3200	470	306	267	87 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

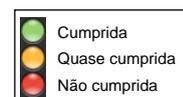
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
3161	2845	3041	0	267	84	32 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
1172	2108	0	98	176	100 %





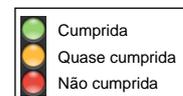
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

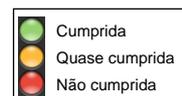
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
219	192	27	12	95 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
336	434	329	68 %





12 - ARRECADAÇÃO [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 275.450,04	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 485.856,69



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
3.431	A partir de 3.001	19-20	17	16

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está acima dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fontes: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	28/11/2016	Data de corte:	28/11/2016
Saldo:	703	Saldo:	413
Data do mais antigo	11/3/2015	Data do mais antigo	24/4/2015

Total: 1.116

**Consulta realizada no dia 16/2/2017, às 17h00.*

***Consulta realizada no dia 16/2/2017, às 16h00.*



14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,51.

O Mapeamento Global de Desempenho (MGD) demonstrou que a Vara do Trabalho de Indaiatuba tem índice geral de 0,51, e a força de trabalho disponível é de 68% do ideal.

14.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS (informação da Unidade em 06/02/2017):

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Indaiatuba – TOTAL	1	30/01/2017

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
GUSTAVO SERGIO DO AMARAL	59	24/08/2015
LILIAN DIAS SOARES	59	26/08/2015
TOTAL	118	-

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
GUSTAVO SERGIO DO AMARAL	1	08/11/2016
LILIAN DIAS SOARES	1	28/11/2016
TOTAL	2	-

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da



Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0013414-64.2015.5.15.0077, 0011538-11.2014.5.15.0077 e 0010416-89.2016.5.15.0077;

15.2 – az uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 17/2/2017, verificou-se a existência de 1077 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011988-17.2015.5.15.0077, 0010532-95.2016.5.15.0077 e 0011056-92.2016.5.15.0077);

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0002215-50.2012.5.15.0077, 0011531-82.2015.5.15.0077 e 0010405-94.2015.5.15.0077;

15.4 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. A Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

15.5 – há audiências designadas em 5 dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 17/2/2017 a 16/2/2018;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 356 no período de 2/2016 a 1/2017;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz



para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,73 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Indaiatuba apresenta 73% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 52,7 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (54,3).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (133,7 - RARIA) superior à média de referido grupo. Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês foi de 79,7, enquanto a média do grupo foi de 62,2 e a do Tribunal, de 48,9.

Destaca-se que as Metas 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos) e Meta 5 da JT (reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base de 2014) não foram atingidas e a Meta 6 (priorizar o julgamento das ações coletivas) foi quase cumprida, tendo índice de cumprimento de 87%, 68% e 95%, respectivamente (item 11).

17 – AUDIÊNCIAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Em consulta ao PJ-e realizada em 17/2/2017, às 17h00, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DATA PRIMEIRA VAGA	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS) (***)
INICIAIS	-	52	-
UNAS	30/8/2017	149	300
INSTRUÇÕES	29/8/2017	3	600
CONCILIAÇÃO	-	0	-
MEDIAÇÃO	(**)	61	-

Obs. Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial não são incluídos em pauta, ocorrendo a primeira audiência depois da realização da perícia.

*(**) Embora haja processos aguardando designação de pauta de mediação, ainda não há data definida.*

*(***) informação prestada pela Unidade.*

17.1 – Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho).

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	13	2		2		17
	tarde	10					10
terça	manhã	12	11				23
	tarde	11	12				23
quarta	manhã	9					9
	tarde						-
quinta	manhã						-
	tarde						-
sexta	manhã						-
	tarde						-

17.1.2 – JUIZ AUXILIAR/ se houver

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						-



	tarde						-
terça	manhã						-
	tarde						-
quarta	manhã						-
	tarde	9		1			10
quinta	manhã	10		1			11
	tarde	11					11
sexta	manhã	11					11
	tarde	11					11

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são realizadas pelo oficial de justiça Gustavo Sergio do Amaral, com a presença da Juíza Titular na Unidade. A pauta é montada de acordo com a disponibilidade do mediador e a quantidade de processos acumulada. São incluídos processos da fase de liquidação e execução.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/1/2017, tem alta produtividade de audiências unas e de instrução (150,4 – RARIA) se comparada com a média mensal do grupo (114,5 - RARIA), bem como com a média do TRT (86,9), resultado que enseja elogios.”

Verificou-se que do total de 4.534 audiências, 993 foram do tipo inicial, 903 de instrução, 179 de conciliações na execução, 194 de conciliação no conhecimento e 2.265 unas. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 6/6/2017, UNA até 30/8/2017 e



de instrução até 29/8/2017.

Conforme se observa do quadro acima, bem como da quantidade de processos em pauta semanalmente, verifica-se há um esforço da Unidade em diminuir o prazo médio de tramitação na fase de Conhecimento.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição de Campinas. Verificou-se ainda a retirada de bens ou processos das hastas de nº 12,14 e 15/2016, sob justificativa de pagamento da execução, irregularidade no edital e acordo.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

19.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.



20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foram integralmente cumpridas as de nºs Metas 1 e 6 do CNJ Meta 5 da JT;

20.6 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos;

20.7 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.8 – utilizar regularmente as ferramentas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, BNDT, SERASA, CCS, CENIB, JUCESP, SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.9 – observar a Ordem de Serviço CR nº 06/2016, que disciplina a distribuição de Cartas Precatórias Inquiritórias entre unidades da 15ª Região no Processo Judicial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Eletrônico, especialmente quanto ao inciso I o qual estabelece que quando for necessária a oitiva de testemunha a ser realizada em unidade da 15ª Região, a partir de Unidades também da 15ª Região, o juízo deprecante deve expedir carta precatória inquiritória e distribuí-la no juízo deprecado informando como referência o número completo do processo de origem;

20.10 – observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento “rascunho/anotações”, como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo;

20.11 – incluir em pauta todos os feitos que aguardam o encerramento da instrução processual, nada obstante, eventual entendimento do Juízo de que não é necessária a audiência para a produção de provas com o objetivo de tornar aferível a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo MM. Juiz(a);

20.12 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado, contrário do verificado nos processos nº 0002820-93.2012.5.15.0077.

20.13 – observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo, o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão, conforme estabelecido no § 3º, artigo 25 do Provimento GP-CR Nº 03/2014, de 22 de setembro de 2014 e no item III da Ordem de Serviço CR nº 03/2015, e o registro do acordo/remição deve ser registrado no Sistema Exe15 como tal, e não como excluído de hasta.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010900-22.2007.5.15.0077	Ocorrência LNS	Processos na ocorrência LNS desde 23/9/2016, respectivamente. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada - Ofício Circular1/2016-CR. Há outros 17 processos na mesma ocorrência.
2	0119800-80.1999.5.15.0077	Ocorrência ROJ	Processo na ocorrência ROJ desde 24/8/2015. Determina-se o prosseguimento do feito. Há outros 138 processos nessa ocorrência.
3	0060600-11.2000.5.15.0077	Ocorrência BDT	Processo na ocorrência BDT desde 13/1/2017. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada - Ofício Circular1/2016-CR.
4	0000697-93.2010.5.15.0077	Ocorrência DES	Processo na ocorrência DES desde 17/1/2014. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito. Processo incluso na META 6 do CNJ.
5	0002850-94.2013.5.15.0077	Prazo vencido para Razões Finais	Processos com prazo para Razões Finais vencido a partir de 26/1/2017. Tramitar com a ocorrência "PAN" - Conclusos, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015. Processo incluso na META 6 do CNJ
6	0000126-25.2010.5.15.0077	na ocorrência ROS	Na ocorrência ROS - Recebido do oficial pela Secretaria desde 25/7/2016. Dar prosseguimento ao feito. Há outros 14 processos nessa ocorrência.
7	0112000-35.1998.5.15.0077	Na ocorrência DES	Processo na ocorrência DES desde 22/3/2016. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito. Há outros 79 processos na mesma ocorrência.
8	0000870-78.2014.5.15.0077	Iniciar liquidação	Pendente na tarefa desde 10/1/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Dar prosseguimento ao feito, Há outros 186 processos na mesma situação.
9	0002500-92.2002.5.15.0077	Arquivo definitivo	Processos com RPV pendente no e-Gestão. Não foi registrada a quitação da RPV. Determina-se a regularização do processo.
10	0002953-04.2013.5.15.0077	Prazo	Prazo vencido em 3/11/2016 para contrarrazões. Determina-se a certificação do vencimento de prazo e a remessa dos autos ao E. TRT para processamento do recurso. Há outros 8 processos na mesma situação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



11	0003146-19.2013.5.15.0077	Prazo	Prazo vencido em 25/7/2016 para contraminuta. Determina-se a certificação do vencimento de prazo e a remessa dos autos ao E. TRT para processamento do recurso. Há outros 6 processos na mesma situação.
12	0235700-62.2009.5.15.0077	Prazo	Prazo vencido em 29/6/2015 para reclamante, resposta a ofício expedido. Determina-se a certificação do vencimento de prazo e a remessa dos autos ao arquivo, uma vez que já extinta a execução.

22 – CONSTATAÇÕES:

A Dra. Salete Yoshie Honma Barreira reitera as solicitações da última correição: a necessidade de mais um secretário de audiência, bem como, junto à Prefeitura, melhor sinalização urbana para localização da Unidade dentro do município. Registra-se que a competência para ampliar o quadro ou para destinar uma função comissionada (FC) para a Unidade é da Presidência deste E. Regional. Oficie-se a D. Presidência para ciência e providências.

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Fase de Conhecimento

A equipe: Silvana Irma, André, Selma (orientadora da fase), Elizabeth, Ana Lúcia, Carlos Henrique e Artur que, secretariando audiência em curso, não participou da reunião.

Os 52 processos na tarefa “Aguardando audiência/ Designar audiência INICIAL” receberão a determinação de atos concentrados para encaminhamento de perícia técnica, enquanto aqueles, cuja matéria é de direito, permanecerão na tarefa, até que a equipe receba a orientação da MM. Juíza Titular. Em razão desse procedimento, informam que 200 processos foram retirados de pauta.

Constata-se que não há mediação na fase de conhecimento.

Esclarecem que as dezenas de processos parados na caixa “Análise das Perícias” decorrem do adocimento do perito, que comprometeu-se a resolver os atrasos paulatinamente. A equipe relata também que houve cadastramento de outros dois novos peritos médicos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Incentiva-se a manutenção de lançar a ocorrência PAN (movimento 51) no próprio dia do evento.

Constatam-se inconsistências nas ocorrências de arquivamento (ARQ) e desarquivamento (DSA), que oneram o prazo médio e a taxa de congestionamento na fase. Assim, apesar do elevado número de processos tramitados e em trâmite, o saneamento das inconsistências é medida relevante. Registram-se dezoito (18) processos nessa circunstância. A equipe entende tratar-se de número muito reduzido, frente à quantidade de desarquívamentos requeridos.

Processos na ocorrência despacho (DES) significam despacho dado, sem prosseguimento. Nesse aspecto, a equipe esclarece que se trata de um procedimento adotado pela MM. Juíza, porque é ela quem prepara a pauta de audiências e faz questão de analisar a matéria posta em discussão. Sugere-se, assim, que o DES seja lançado, somente, após a designação de data eleita pela MM. Juíza.

No caso da ocorrência “DEX – documento expedido” – verifica-se que o processo fica no acervo da Unidade, quando é hipótese de ir para o arquivo. Novamente, reitera-se que as inconsistências contaminam a estatística da Unidade que, sabidamente, atua com muito bom desempenho.

Alerta-se a Unidade de que o lançamento da ocorrência “RCJ – recebimento do Tribunal” deve ser seguido da próxima tramitação, não se encerrando naquela.

Incidentes Processuais, apesar do volume, na variável 117 do e-gestão: havia 60 processos listados. Para ilustrar, processo de 2204/2012 e 14200/2008, aba “movimentos”, não tem solução lançada dos embargos declaratórios.

Quanto à notificação eletrônica: a pedido da MM. Juíza Dra. Alzeni, duas empresas, apenas, se prontificaram a receber a notificação eletrônica. A equipe esclarece que, nos casos de expedição de notificação eletrônica, o PJe carece de meio para gerar a chave de acesso, obrigando a Unidade a “forjar” o sistema para obtê-la. A Corregedoria esclarece e orienta que, nessa hipótese, a Unidade se valha da anexação do expediente de “Certidão”, modelo “Certidão – Gerador de Hash”, que atende, plenamente, a necessidade apresentada. Quanto à comprovação de recebimento da notificação eletrônica, sugere-se a anexação do “print” do envio, sem, necessariamente, anexação de certidão ou, ainda, que a confirmação de recebimento seja armazenada em pasta própria e consultada, se diante da alegação de que não houve o recebimento da mensagem eletrônica.

A Corregedoria sugere que, diante da devolução de documentos pelos Correios,



com evidente má prestação do serviço, o Diretor da Unidade encaminhe um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional.

b) Fase de Liquidação

A orientadora da fase Silvana esclarece que três pessoas deixaram a equipe, dentre as quais, uma estagiária, e explicitou a necessidade de mais um servidor na equipe, além da vinda de Jaqueline, oriunda da fase de execução.

Informam que havia a prática de intimar a reclamada para apresentação de cálculos conjugada com a determinação de realizar o depósito, o que ensejou muitas discussões na fase e pouca efetividade, salvo quanto às grandes empresas que costumam cumprir a determinação. De qualquer forma, a prática foi abandonada e, ainda, remanescem os efeitos dela.

A Corregedoria noticia que em algumas unidades, intima-se reclamada para apresentação de cálculo e depósito do valor devido, seguido da homologação dos cálculos e liberação do valor depositado.

A equipe relata que quando o processo retorna do Tribunal com a manutenção ou condenação de alguma verba, fica designada a perícia contábil com prazo de 90 dias. Peritos geralmente utilizam o Juriscalc.

A Corregedoria sugere que para os processos baixados do TRT seja determinada a apresentação de cálculos, exclusivamente, pelas reclamadas que pagam e, concomitantemente, pelos reclamantes, com designação de audiência de mediação. O prazo de cálculos deverá ser comum. Ainda, orienta-se que a servidora dessa fase realize as pautas de mediação, tirando essa atividade do Oficial de Justiça, a quem cabe a função de pesquisa patrimonial básica, que se encontra comprometida. Nessa audiência, feito o acordo, a ata deve ter força de alvará, de guia, e a ré deve sair citada para pagamento de valor remanescente, se houver. Há clara compreensão da orientadora de que as determinações devem ser elaboradas de forma concentrada, o que deve ser adotado.

No tocante às inconsistências do SAP, na variável 342 do e-gestão, havia processos de 2008, 2009, dentre os quais, incidentes processuais que, talvez, tenham se acumulado. Esclarecem que é corriqueiro o diretor fornecer rol de inconsistências para saneamento.

Nesse sentido, a Corregedoria pede atenção da equipe para os processos que devem receber a tramitação “ARQ”. Reforça-se que a Corregedoria está ciente do desempenho da equipe, mas que as inconsistências incrementam o prazo médio na fase e,



assim, devem ser saneadas.

c) Fase de Execução

A equipe tem a seguinte composição: Fernanda, Gustavo, Harubal (Orientador), Lilian e Vânia.

Detectado grande quantidade de processos na ocorrência de remessa ao Oficial de Justiça (ROJ), esclarece a equipe que as tantas diligências (data mais antiga 24/08/2015) foram segregadas segundo o critério de pesquisas eletrônicas e diligências externas. Nessa hipótese, estão em atraso os ROJ relativos às pesquisas eletrônicas. As diligências externas sempre foram priorizadas, sendo que há grande quantidade de notificações iniciais e outras diligências externas (malote digital, penhora e por meio de mandado). Assim, a equipe reitera que não houve estagnação de diligências externas, que a pesquisa eletrônica, do contrário, sofreu a estagnação. Relataram que a demanda de pesquisa básica acumulou em razão de férias, bem como, a falta de familiaridade com o EXE15. Com relação a este último aspecto, a Corregedoria orienta a equipe a se instruir pela Extranet deste Regional, na aba “Jurídico/Orientações da Corregedoria/Sistemas de Execuções – Tutoriais”. Informam que há parametrização feita, mas, ainda, aguarda apreciação e aprovação pela Dra. Alzeni. Como se sabe, o EXE15 é uma ferramenta para que não ocorra o retrabalho. Assim, a criação de um controle próprio e paralelo pelo oficial de justiça não se justifica, mormente quando guarda semelhança com o rascunho do EXE15.

No tocante às mediações, o oficial de justiça Gustavo conta que, conforme as orientações recebidas, faz a seleção de processos para inserir em pauta de mediação. Relatou que à época, contavam com 80 processos aguardando pauta de 1ª audiência, que levados à mediação, em três meses, houve grande solução e esclarece, que não foram realizadas em maior número, para não haver prejuízo à execução, tendo em vista sua competência para a pesquisa patrimonial. De qualquer forma, o oficial de justiça Gustavo faz a triagem, retirando processos da fase de execução, o que foi feito ao longo de todo o último ano. Para constar, menciona a realização de 237 audiências de mediação, resultando em cento e vinte e quatro (124) acordos, sendo cinco (05) deles por “Whatsapp”. Em números, foram realizados acordos na ordem de R\$5.952.000,00.

A Corregedoria recorda à equipe que endereços eletrônicos devem ser compartilhados com a fase de conhecimento, a quem cabe realizar as notificações eletrônicas de iniciais. Nessa linha de atuação, insiste a Corregedoria que os oficiais de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



justiça divulguem essa prática, buscando o expresse aceite dos destinatários. Enfatiza-se que a notificação eletrônica deve ser realizada pela secretaria da Unidade, enquanto cabem aos oficiais de justiça a realização das pesquisas eletrônicas e patrimoniais.

No mais, o orientador da fase Harubal explica que no mês de janeiro/2017 houve o saneamento das pendências, procedimento este que continua em curso.

d) Trio gerencial

A reunião com o trio gerencial fez apontar que a Unidade tem alguns focos de inconsistências, o que não interfere no seu trabalho, no seu desempenho. A ideia é que o saneamento de inconsistências reduzam o impacto nas estatísticas. Exemplificativamente, processos na ocorrência “DES”, cuja designação de audiência dependem de análise prévia pela magistrada, para os quais foi sugerido, primeiramente, a escolha de uma data na pauta de audiências para posterior registro do despacho com a informação dessa data.

Solicitar aos oficiais de justiça que compartilhem os endereços eletrônicos para que a fase de conhecimento execute a tarefa de notificação de iniciais por e-mail.

Quanto às mediações, evidentemente, bem sucedidas, não se pode perder de vista que é realizada por oficial de justiça, profissional especificamente habilitado às pesquisas patrimoniais, tarefas essas que por não serem realizáveis por outro servidor deram ensejo à grande cumulação de processos aguardando pesquisa eletrônica. Nesse sentido, a Corregedoria orienta que outros servidores, que não, os oficiais de justiça, sejam capacitados para a realização de mediações.

A reunião com o trio gerencial demonstrou que a unidade já adota boas práticas como o controle de perícias, intimação de testemunhas e anotações de CTPS, as quais, inclusive, são realizadas em audiência. Revelou ainda que a pauta é inteligente e customizada por empresas, por valor e até por matéria, o que permite concentrar essas demandas no mesmo dia. Na liquidação, há projeto de implementar a mediação nos processos baixados do TRT. Atualmente, somente os cálculos com sérias divergências são remetidos ao perito contábil, cujos laudos são homologados tão logo recebidos. Com relação a execução frisou-se que as ferramentas eletrônicas devem, sempre, ficar a cargo dos oficiais de justiça, a quem compete definir o bem que será penhorado. Sugere-se que seja aperfeiçoado o procedimento de controle de perícias e notificações endereçadas ao reclamante quando da liberação de valores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Registra-se que, aparentemente, há ótima integração entre os servidores, o que propicia um ambiente de trabalho saudável, contribuindo sobremaneira para a qualidade de vida de seus integrantes.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve visitas e, nem atendimentos.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição da Unidade (processo nº 0000303-75.2015.5.15.0897);

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar fixa reside na sede da circunscrição.

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença;

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4338/2016.

24.6 – Diante do desempenho aferido, a Corregedoria consigna elogios à Juíza Titular, à Juíza Substituta Auxiliar Fixa, bem como, a todos os servidores da Unidade.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 22 de fevereiro de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.